

Conselho Pedagógico

Ata nº 38

Ao oitavo dia do mês de maio de dois mil e dezassete, reuniu-se o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4 às 17.00.

A reunião foi convocada pela Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Calendário Escolar Ano Letivo 2017-18
3. Regulamentos de Frequência e Avaliação
4. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Ana Raposo; António Belo; Catarina Alves; Daniel Silva; Filipa Subtil; Inês Veiga; João Abreu; João Carmo; João Rosário; João Tomé; João Viegas; Jorge Souto; Jorge Veríssimo; José Justo; Margarida Silva; Maria João Centeno; Maria José Mata; Marta Neiva; Pedro Sepúlveda; Ricardo Pereira Rodrigues; Rosário Correia e Sebastião Sabino.

Não estiveram presentes os conselheiros: Carla Medeiros, que justificou a sua ausência e Ana Cláudia Ameixa, que não justificou a sua ausência.

Ponto 1

Informações

A Presidente começou por reiterar, em conjunto com a direção da ESCS, total repúdio pelo ato de vandalismo que inutilizou, no passado dia 16 de março, a lona publicitária que se encontrava afixada na empena do edifício da Escola. Continua-se a aguardar o resultado da averiguação pelas entidades competentes.

Relativamente aos questionários de monitorização do funcionamento do 1º semestre do ano letivo 2016-17, a Presidente informou o conselho que atualmente a taxa de resposta ronda os 32% (488 respostas em 1536 alunos). A Presidente apelou aos representantes do corpo discente e à Associação de Estudantes que sensibilizem os colegas para a importância de responder aos questionários que se encontram ativos até ao dia 31 de maio.

Informou igualmente que, em reunião promovida pela direção da ESCS com os coordenadores de curso e a Presidente do Conselho Pedagógico, foi reiterada a questão identificada na última

reunião do conselho acerca da importância de os docentes fornecerem feedback atempado sobre os momentos de avaliação que vão sendo realizados ao longo do semestre.

Relativamente à situação identificada na última reunião pela representante do corpo discente do curso de licenciatura em RPCE acerca de UC de Direito da Comunicação e cumprindo o compromisso assumido de verificar o que poderia ter acontecido, a Presidente informou o conselho que reuniu com a responsável da UC e com a aluna visada. Dessa reunião resultou o esclarecimento de que na sessão agendada pela docente para consulta do teste não foi explicitada a grelha de correção do teste, o que motivou a situação identificada. A docente comprometeu-se a, sempre que haja sessões para consulta de provas, disponibilizar, tal como regulamentado, a grelha de correção da mesma.

Relativamente às queixas de falta de limpeza do edifício, em especial das casas de banho, a Presidente informou o conselho que foi alterada a equipa que assegura a limpeza do edifício precisamente para tentar ultrapassar essas falhas. autoridades competentes, no sentido de se averiguar o sucedido e, se possível, apurar os responsáveis. Entretanto, já tomámos as devidas diligências, junto das autoridades competentes, no sentido de se averiguar o sucedido e, se possível, apurar os responsáveis. Entretanto, já tomámos as devidas diligências, junto das autoridades competentes, no sentido de se averiguar o sucedido e, se possível, apurar os responsáveis. Entretanto, já tomámos as devidas diligências, junto das autoridades competentes, no sentido de se averiguar o sucedido e, se possível, apurar os responsáveis.

É importante esclarecer que a receita resultante da afixação da lona publicitária será aplicada em obras de manutenção/beneficiação do edifício da Escola, bem como na melhoria dos espaços/equipamentos utilizados no âmbito das atividades letivas.

Por último, sublinhamos que, no momento em que se escreve este comunicado, perante este ato, a receita prevista deixou de estar garantida

O conselheiro Jorge Veríssimo informou que foram substituídas duas das funcionárias que asseguravam a limpeza do edifício da escola e o responsável pela empresa contratada tem monitorizado o trabalho desenvolvido. No entanto, continuam a verificar-se situações que têm de ser corrigidas.

Referiu as Jornadas Pedagógicas da escola que vão decorrer no dia 10 de maio e que contemplam, numa primeira sessão, a apresentação dos Resultados do Sistema Interno de Garantia da Qualidade relativos ao ano letivo 2015-16 e, em seguida, uma oficina de formação com o convidado Daniel Sampaio. Foram convidados o corpo docente, o Presidente da Associação de Estudantes e um representante por ano letivo dos cursos da escola.

O conselheiro Jorge Veríssimo salientou igualmente que a escola foi a anfitriã, entre os dias 26 e 28 de abril, da edição deste ano do projeto internacional BUSINET HEDCOM, coordenado internamente pelo Prof. João Rosário. Todos os envolvidos consideraram a iniciativa um sucesso, o que demonstra a qualidade científica e organizativa da escola.

O conselheiro Jorge Veríssimo continuou informando que, no dia 8 de maio, decorreu a apresentação final do Projeto Sophia - Conhecimento para a gestão do ambiente marinho, projeto que envolve a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos e vários parceiros, entre eles, a ESCS. Neste projeto de investigação, coordenado internamente pelo Prof. João Abreu, a escola teve um papel relevante na componente de comunicação e no desenvolvimento de ações de informação. O conselheiro João Abreu salientou a relevância de

juntar, na mesma equipa, professores, funcionários, alunos e ex-alunos (dos diferentes cursos) da escola. O trabalho foi desenvolvido ao longo de dois anos e a satisfação é grande com os resultados: um trabalho longo, complexo e com muita qualidade.

O conselheiro Jorge Veríssimo informou que, no próximo dia 13 de maio, vão ser entregues os Prémios Tripla no Museu da Eletricidade. Estes prémios resultam de um protocolo entre a ESCS e a Fundação EDP.

Informou igualmente que a escola vai acolher, no próximo dia 5 de junho, as comemorações do aniversário do IPL.

Por último, informou que na sexta-feira, dia 12 de maio, é concedida tolerância de ponto de acordo com o despacho do Gabinete do Primeiro Ministro, encontrando-se a ESCS encerrada.

Ponto 2

Calendário Escolar Ano Letivo 2017-18

A Presidente apresentou uma proposta de Calendário Escolar para o ano letivo 2017-18, explicitando que a mesma deriva de uma proposta conjunta da direção da ESCS e da Presidente do conselho.

O conselheiro Jorge Souto referiu que, no âmbito das atividades do mestrado em AM, têm sido identificados problemas na última semana de aulas do semestre, já que os docentes têm dificuldade em cumprir as regras estipuladas para esta semana.

A Presidente considerou importante assumir que os semestres têm 13 semanas letivas e que a 14ª semana se destina apenas a aulas de dúvidas nas unidades curriculares em regime de avaliação periódica e avaliação por exame.

A conselheira Filipa Subtil questionou sobre qual a razão de as aulas do primeiro semestre não começarem uma semana mais cedo.

O conselheiro Jorge Veríssimo explicou que o resultado das candidaturas ao ensino superior é publicado, formalmente, no dia 11 de setembro. Entre 11 e 15 de setembro decorrem as matrículas dos alunos do 1º ano. Na semana seguinte, de 18 a 22, os alunos ainda não inscritos do 2º e 3º ano terminam as matrículas. Se o semestre começasse na semana de 18 de setembro, as aulas iniciariam sem todos os alunos inscritos e as pautas das turmas em aberto.

O conselheiro António Belo sugeriu que, no calendário escolar, as semanas do semestre sejam identificadas de uma outra forma: período letivo para as primeiras treze semanas e semana intercalar para a décima quarta semana.

O conselheiro Jorge Souto propôs que o calendário escolar avançasse uma semana, por forma a resolver os problemas identificados no final do primeiro semestre.

A proposta A (proposta apresentada pela Presidente com as sugestões do conselheiro António Belo) e a proposta B (proposta apresentada pelo conselheiro Jorge Souto) foram colocadas, em alternativa, a votação:

Proposta A – 19 votos.

Proposta B – 1 voto.

Foi aprovada a proposta A (anexo 1).

Ponto 3

Regulamentos de Frequência e Avaliação

A Presidente apresentou uma proposta de alteração aos Regulamentos de Frequência e Avaliação do 1º ciclo, Pós-Graduação em Branding e Content Marketing e Pós-Graduação em Storytelling. O conselheiro João Carmo questionou o facto de sobre um trabalho escrito realizado numa unidade curricular em regime de avaliação contínua, por não ser uma prova escrita de exame e/ou de avaliação periódica, não poder haver pedido de revisão de provas escritas.

A Presidente referiu que a regulamentação da revisão de provas escritas foi unicamente definida para provas escritas de exame e de avaliação periódica precisamente pela diferença em relação aos momentos de avaliação realizados no regime de avaliação contínua.

A Presidente apresentou as seguintes propostas de alteração aos Regulamentos de Frequência e Avaliação do 1º ciclo, Pós-Graduação em Branding e Content Marketing e Pós-Graduação em Storytelling:

Artigo 7º (1º ciclo); Artigo 17º (PG BCM e PG Storytelling)

Avaliação por exame

1. Entende-se por avaliação por exame a aplicação de exame final sobre os conteúdos programáticos de cada unidade curricular.
2. Será aprovado em exame final o estudante que obtenha nota igual ou superior a 10 (dez) valores.
3. No exame final existem as seguintes épocas: época normal, época de recurso, época especial de finalistas e época especial para trabalhadores-estudantes.
4. A classificação de cada exame de época normal terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do mesmo exame na época de recurso.
5. A classificação de cada exame de época de recurso terá de ser lançada até ao máximo de 15 (quinze) dias após a realização do exame.
6. A classificação dos exames das épocas especial de finalistas e para trabalhadores-estudantes deverá ser lançada até ao início do ano letivo seguinte.
7. Têm acesso à época normal de exames:
 - a) os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação por exame;
 - b) os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação contínua ou avaliação periódica que, por razões justificadas previstas na lei ou definidas especificamente por disposições internas da ESCS, não tenham frequentado a unidade curricular nesse regime no respetivo semestre.
8. Têm acesso à época de recurso de exames os estudantes que:
 - a) não tenham obtido aprovação na unidade curricular nos termos dos artigos 5.º, 6.º e 7.º deste Regulamento;
 - b) pretendam efetuar melhoria de nota, independentemente do regime de avaliação da respetiva unidade curricular.
9. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia antes da data do respetivo exame.
10. Os estudantes não se poderão inscrever na época de recurso a um conjunto de unidades curriculares que totalize mais de 30 (trinta) ECTS.
11. Têm acesso à época especial os estudantes:

- a) com o Estatuto de Trabalhador-Estudante;
 - b) que no final da época de recurso tenham até 20 (vinte) ECTS para concluir o curso.
12. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia antes da data do respetivo exame.
13. O estudante que obtenha aprovação numa unidade curricular e deseje melhorar a sua classificação pode requerer novo exame, uma e uma só vez, até ao ano letivo seguinte. Este prazo caducará de imediato a partir do momento em que o estudante requeira o Certificado de Habilitações e/ou Certidão de Curso.
14. Compete ao docente responsável por cada unidade curricular definir as formas de avaliação a utilizar, informando os estudantes a seu respeito no início do semestre, junto com a entrega da ficha da unidade curricular. Salvo em casos excecionais, mediante proposta apresentada ao Conselho Pedagógico e por este Órgão aprovada, não é permitida qualquer alteração nos critérios de avaliação após o início do semestre letivo.
15. A prática por um estudante de qualquer irregularidade durante o processo de aprendizagem coletiva, em qualquer instrumento ou momento de avaliação, que permita a sua qualificação como fraude académica implicará a reprovação automática na unidade curricular em causa e poderá ser sujeito a penalizações adicionais. Estas penalizações terão como base o relatório do docente e serão discutidas no Conselho Pedagógico.
16. As penalizações, para além da anulação dessa avaliação, poderão ser:
- a) Advertência;
 - b) Suspensão temporária.
17. A reincidência neste tipo de ações terá como consequência mínima a suspensão por um ano letivo, podendo mesmo resultar na expulsão do estudante.

A proposta de alteração ao artigo foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Relativamente ao Artigo 8º (1º ciclo) e Artigo 18º (PG BCM e PG Storytelling), o conselheiro Jorge Souto referiu que as normas e os regulamentos devem ser genéricos e abstratos e não atender à resolução de casos específicos. Na sequência da reunião da Comissão Coordenadora de Mestrados (CCM), onde este ponto foi discutido, foi proposta uma alteração que inclui um ponto 3. A redação atual do artigo não reflete o procedimento normal e expectável e não protege nem docentes nem estudantes. A obrigatoriedade de uma sessão prévia asseguraria ao estudante uma análise da prova antes do início do processo de revisão. Por outro lado, o articulado existente torna possível que os docentes envolvidos na correção da prova não tenham conhecimento nem tomem parte no processo até este estar concluído.

Relativamente ao mesmo artigo, a conselheira Maria José Mata reiterou a proposta aprovada em reunião da Comissão Coordenadora dos Mestrados (CCM), onde foi unanimemente votada a introdução de um ponto 3. que prevê a obrigatoriedade do momento de consulta de prova, com a presença, devidamente certificada, do aluno e do(s) docente (s), com vista à consulta e esclarecimento dos critérios de correção da prova.

Decorrente da discussão subsequente, a conselheira contra-argumentou referindo que, mais do que atender a casos particulares, a proposta visa cumprir as expectativas pedagógicas destes atos, integrando-os no processo de aprendizagem, permitindo ao aluno uma compreensão sustentada da correção da prova. Esta intenção é contrariada pelo articulado em vigor, que coloca o docente/responsável pela unidade curricular, a que respeita o trabalho sujeito a revisão de prova, à margem do processo.

Foram apresentadas duas propostas relativas ao Artigo 8º (1º ciclo) e Artigo 18º (PG BCM e PG Storytelling).

Proposta A (apresentada pela Presidente do conselho):

Artigo 8º (1º ciclo) e Artigo 18º (PG BCM e PG Storytelling)

Consulta de provas escritas

1. Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação das notas no portal académico.
2. Na sessão agendada pelo responsável da unidade curricular para a consulta de provas, devem estar presentes os docentes envolvidos na correção das provas e os esclarecimentos serão dados explicitando a grelha de correção da prova.

Proposta B (apresentada pelos conselheiros Jorge Souto e Maria José Mata):

Artigo 8º (1º ciclo) e Artigo 18º (PG BCM e PG Storytelling)

Consulta de provas escritas

1. Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação das notas no portal académico.
2. Na sessão agendada pelo responsável da unidade curricular para a consulta de provas, devem estar presentes os docentes envolvidos na correção das provas e os esclarecimentos serão dados explicitando a grelha de correção da prova.
3. A consulta da prova é obrigatória e prévia ao pedido de revisão da prova escrita e tem de ser devidamente atestada.

As propostas foram colocadas, em alternativa, a votação:

Proposta A- 17 votos.

Proposta B – 2 votos.

Foi aprovada a proposta A.

Artigo 9º (1º ciclo) e Artigo 19º (PG BCM e Storytelling)

Revisão de provas escritas

1. Atendendo à natureza da avaliação contínua que pressupõe a interação permanente entre docentes e discentes, a revisão de provas aplicar-se-á apenas às provas escritas de exame e de avaliação periódica.
2. O pedido de revisão de provas escritas é efetuado nos Serviços Académicos, até 10 (dez) dias após a publicação da classificação, estando sujeito ao pagamento dos emolumentos previstos. Após o pedido será fornecida ao estudante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, cópia da prova e respetivos critérios de correção, tendo este até 2 (dois) dias úteis para entregar por escrito, em impresso fornecido pelos Serviços Académicos, a fundamentação do pedido de revisão de provas escritas.
3. O pedido será enviado ao coordenador da secção onde se insere a unidade curricular (e dado conhecimento ao docente responsável da unidade curricular), que providenciará um outro docente, que não o responsável pela correção, para que se pronuncie por escrito sobre o pedido no prazo máximo de 5

(cinco) dias úteis. São liminarmente indeferidos os pedidos de revisão de provas escritas cuja fundamentação não incida nos critérios de correção.

4. O docente responsável pela revisão da prova escrita informa o coordenador da secção sobre o resultado do pedido de revisão da prova escrita e o coordenador da secção envia o resultado aos Serviços Académicos.
5. O resultado da revisão de provas escritas será formalmente comunicado pelos Serviços Académicos ao estudante, coordenador de curso e professor responsável da unidade curricular no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, dando a conhecer todos os elementos do processo.
6. Uma vez concluído o processo, o professor responsável da unidade curricular informará por escrito os Serviços Académicos da eventual necessidade de corrigir a pauta de classificações. Desta correção não poderá resultar a descida de uma classificação superior a 10 (dez) para uma inferior a este valor.
7. Caso o desfecho do processo de revisão prove ser válida a pretensão do estudante, haverá lugar à devolução do emolumento pago inicialmente.
8. Os prazos referidos neste artigo são contados apenas dentro dos períodos letivos ou de avaliação.
9. A proposta de alteração ao artigo foi colocada a votação e aprovada por maioria com uma abstenção.

Artigo 10º (1º ciclo) e 20º (PG BCM e Storytelling)

Recurso da revisão de provas escritas

1. O recurso da revisão de provas escritas, devidamente fundamentado, deverá ser requerido ao Presidente do Conselho Pedagógico, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data em que o resultado da revisão de provas foi conhecido, que apreciará a sua admissibilidade.
2. Existindo no recurso matéria científica para a qual se considere necessária a emissão de um parecer especializado, deverá o Conselho Pedagógico requerer a constituição de um júri para esse efeito, do qual não poderão fazer parte os docentes envolvidos na lecionação da unidade curricular ou na revisão da nota.
3. O teor da decisão final deve ser transmitido ao coordenador de curso, ao responsável da unidade curricular e ao recorrente, bem como aos Serviços Académicos, para eventual correção da pauta de classificações.

A proposta de alteração ao artigo foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

A Presidente apresentou uma proposta de alteração ao Regulamento de Frequência e Avaliação do 2º ciclo.

O conselheiro Jorge Veríssimo lamentou o facto de não existirem ponderações similares nos critérios de seleção que estão a ser propostos para os vários cursos de mestrado.

A Presidente apresentou as seguintes propostas de alteração ao Regulamento de Frequência e Avaliação do 2º ciclo:

Artigo 9.º

Critérios de seleção

1. Os candidatos que reúnam as condições expressas no Artigo 7.º do presente Regulamento serão selecionados e seriados tendo em atenção os seguintes critérios:

I) Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas e Mestrado em Publicidade e Marketing

1.1. Formação Académica:

- a) Classificação final de licenciatura (50%)

1.2. Curriculum Vitae (20%):

- a) Académico;
- b) Científico;
- c) Profissional.

1.3. Adequação da formação e da experiência prévias ao mestrado (20%)

1.4. Carta de motivação (10%):

- a) Principais motivações;
- b) Explicitação do trabalho final a realizar;
- c) Expectativas académicas e profissionais

II) Mestrado em Audiovisual e Multimédia e Mestrado em Jornalismo

1.1. Formação Académica:

- a) Classificação final de licenciatura (40%)

1.2. Curriculum Vitae (20%):

- a) Académico;
- b) Científico;
- c) Profissional.

1.3. Adequação da formação e da experiência prévias ao mestrado (20%)

1.4. Entrevista (20%)

2. Os candidatos que reúnam as condições expressas no Artigo 7º, alínea d) do presente regulamento serão selecionados e seriados tendo em atenção os seguintes critérios:

I) Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas e Mestrado em Publicidade e Marketing

2.1. Curriculum Vitae (50%):

- a) Académico;
- b) Científico;
- c) Profissional.

2.2. Adequação da formação e da experiência prévias ao mestrado (40%)

2.3. Carta de motivação (10%):

- a) Principais motivações;
- b) Explicitação do trabalho final a realizar;
- c) Expectativas académicas e profissionais

II) Mestrado em Audiovisual e Multimédia e Mestrado em Jornalismo

2.1. Curriculum Vitae (40%):

- a) Académico;
- b) Científico;
- c) Profissional.

2.2. Adequação da formação e da experiência prévias ao mestrado (40%)

2.3. Entrevista (20%)

3. O processo de seleção pode ser repartido até três fases aprovadas anualmente, de acordo com o calendário escolar, cabendo a cada júri a definição do número de vagas para cada fase dentro do total aprovado.

A proposta de alteração ao Artigo 9º foi colocada a votação e aprovada por maioria com duas abstenções. A representante do corpo discente do curso de Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas absteve-se por considerar importante que, nos critérios de seleção dos candidatos ao curso de mestrado em GERP, estivesse incluída a entrevista.

Artigo 15º

Avaliação

Ponto prévio: Só serão admitidos em exame os alunos inscritos. Esta inscrição, com exceção dos exames de época normal, terá de ser efetuada até ao 3º dia antes da(s) data(s) do(s) respetivo(s) exame(s). Além disso, os alunos deverão apresentar documento comprovativo da sua identificação no ato de realização da prova.

A proposta de alteração ao Artigo 15º foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Artigo 18º

Avaliação por exame

1. Entende-se por avaliação por exame a aplicação de exame final sobre os conteúdos programáticos de cada unidade curricular.
2. Será aprovado em exame final o estudante que obtenha nota igual ou superior a 10 (dez) valores.
3. No exame final existem as seguintes épocas: época normal, época de recurso, época especial de finalistas e época especial para trabalhadores-estudantes.
4. A classificação de cada exame de época normal terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do mesmo exame na época de recurso.
5. A classificação de cada exame de época de recurso terá de ser lançada até ao máximo de 15 (quinze) dias após a realização do exame.
6. A classificação dos exames das épocas especial de finalistas e para trabalhadores-estudantes deverá ser lançada até ao início do ano letivo seguinte.
7. Têm acesso à época normal de exames:
 - a) os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação por exame;
 - b) os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação contínua ou avaliação periódica que, por razões justificadas previstas na lei ou definidas especificamente por disposições internas da ESCS, não tenham frequentado a unidade curricular nesse regime no respetivo semestre.
8. Têm acesso à época de recurso de exames os estudantes que:
 - a) não tenham obtido aprovação na unidade curricular nos termos dos artigos 16.º, 17.º e 18.º deste Regulamento;

- b) pretendam efetuar melhoria de nota, independentemente do regime de avaliação da respetiva unidade curricular.
- 9. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia antes da data do respetivo exame.
- 10. Os estudantes não se poderão inscrever na época de recurso a um conjunto de unidades curriculares que totalize mais de 30 (trinta) ECTS.
- 11. Têm acesso à época especial os estudantes:
 - a) com o Estatuto de Trabalhador-Estudante;
 - b) que no final da época de recurso tenham até 20 (vinte) ECTS para concluir o curso e que estejam inscrito em trabalho final.
- 12. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia antes da data do respetivo exame.
- 13. O estudante que obtenha aprovação numa unidade curricular e deseje melhorar a sua classificação pode requerer novo exame, uma e uma só vez, até ao ano letivo seguinte. Este prazo caducará de imediato a partir do momento em que o estudante requeira o Certificado de Habilitações e/ou Certidão de Curso.
- 14. Compete ao docente responsável por cada unidade curricular definir as formas de avaliação a utilizar, informando os estudantes a seu respeito no início do semestre, junto com a entrega da ficha da unidade curricular. Salvo em casos excecionais, mediante proposta apresentada ao Conselho Pedagógico e por este Órgão aprovada, não é permitida qualquer alteração nos critérios de avaliação após o início do semestre letivo.
- 15. A prática por um estudante de qualquer irregularidade durante o processo de aprendizagem coletiva, em qualquer instrumento ou momento de avaliação, que permita a sua qualificação como fraude académica implicará a reprovação automática na unidade curricular em causa e poderá ser sujeito a penalizações adicionais. Estas penalizações terão como base o relatório do docente e serão discutidas no Conselho Pedagógico.
- 16. As penalizações, para além da anulação dessa avaliação, poderão ser:
 - a) Advertência;
 - b) Suspensão temporária.
- 17. A reincidência neste tipo de ações terá como consequência mínima a suspensão por um ano letivo, podendo mesmo resultar na expulsão do estudante.

A proposta de alteração ao Artigo 18º foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Foram apresentadas duas propostas relativas ao Artigo 19º.

Proposta A (apresentada pela Presidente do conselho):

Artigo 19º

Consulta de provas escritas

- 1. Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação das notas no portal académico.
- 2. Na sessão agendada pelo responsável da unidade curricular para a consulta de provas, devem estar presentes os docentes envolvidos na correção das provas e os esclarecimentos serão dados explicitando a grelha de correção da prova.

Proposta B (apresentada pelos conselheiros Jorge Souto e Maria José Mata):

Artigo 19º

Consulta de provas escritas

1. Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação das notas no portal académico.
2. Na sessão agendada pelo responsável da unidade curricular para a consulta de provas, devem estar presentes os docentes envolvidos na correção das provas e os esclarecimentos serão dados explicitando a grelha de correção da prova.
3. A consulta da prova é obrigatória e prévia ao pedido de revisão da prova escrita e tem de ser devidamente atestada.

As propostas foram colocadas, em alternativa, a votação:

Proposta A- 18 votos.

Proposta B – 2 votos.

Foi aprovada a proposta A.

Artigo 20º

Revisão de provas escritas

1. Atendendo à natureza da avaliação contínua que pressupõe a interação permanente entre docentes e discentes, a revisão de provas aplicar-se-á apenas às provas escritas de exame e de avaliação periódica.
2. O pedido de revisão de provas escritas é efetuado nos Serviços Académicos, até 10 (dez) dias após a publicação da classificação, estando sujeito ao pagamento dos emolumentos previstos. Após o pedido será fornecida ao estudante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, cópia da prova e respetivos critérios de correção, tendo este até 2 (dois) dias úteis para entregar por escrito, em impresso fornecido pelos Serviços Académicos, a fundamentação do pedido de revisão de provas escritas.
3. O pedido será enviado ao coordenador da secção onde se insere a unidade curricular (e dado conhecimento ao docente responsável da unidade curricular), que providenciará um outro docente, que não o responsável pela correção, para que se pronuncie por escrito sobre o pedido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. São liminarmente indeferidos os pedidos de revisão de provas escritas cuja fundamentação não incida nos critérios de correção.
4. O docente responsável pela revisão da prova escrita informa o coordenador da secção sobre o resultado do pedido de revisão da prova escrita e o coordenador da secção envia o resultado aos Serviços Académicos.
5. O resultado da revisão de provas escritas será formalmente comunicado pelos Serviços Académicos ao estudante, coordenador de curso e professor responsável da unidade curricular no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, dando a conhecer todos os elementos do processo.
6. Uma vez concluído o processo, o professor responsável da unidade curricular informará por escrito os Serviços Académicos da eventual necessidade de corrigir a pauta de classificações. Desta correção não poderá resultar a descida de uma classificação superior a 10 (dez) para uma inferior a este valor.
7. Caso o desfecho do processo de revisão prove ser válida a pretensão do estudante, haverá lugar à devolução do emolumento pago inicialmente.
8. Os prazos referidos neste artigo são contados apenas dentro dos períodos letivos ou de avaliação.

A proposta de alteração ao Artigo 20º foi colocada a votação e aprovada por maioria com uma abstenção.

Artigo 21º

Recurso da revisão de provas escritas

1. O recurso da revisão de provas escritas, devidamente fundamentado, deverá ser requerido ao Presidente do Conselho Pedagógico, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data em que o resultado da revisão de provas foi conhecido, que apreciará a sua admissibilidade.
2. Existindo no recurso matéria científica para a qual se considere necessária a emissão de um parecer especializado, deverá o Conselho Pedagógico requerer a constituição de um júri para esse efeito, do qual não poderão fazer parte os docentes envolvidos na lecionação da unidade curricular ou na revisão da nota.
3. O teor da decisão final deve ser transmitido ao coordenador de curso, ao responsável da unidade curricular e ao recorrente, bem como aos Serviços Académicos, para eventual correção da pauta de classificações.

A proposta de alteração ao Artigo 21º foi colocada a votação e aprovada por unanimidade. Ainda relativamente à questão da revisão de provas escritas, a Presidente referiu que, nada estando regulamentado, considera importante que o conselho se pronuncie sobre o que considera uma boa prática: o docente responsável por responder ao pedido de revisão da prova escrita deve fazê-lo pronunciando-se sobre toda a fundamentação apresentada pelo aluno. A Presidente propôs que o Conselho se pronunciasse favoravelmente a esta proposta de boa prática a ser divulgada junto do corpo docente, a proposta foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Ponto 4

Assuntos supervenientes

Relativamente aos direitos de que goza o dirigente associativo, a Presidente deixou um alerta para que os alunos nestas circunstâncias, e atendendo ao direito de requererem até cinco exames em cada ano letivo para além dos exames nas épocas consagradas para todos os alunos, cumpram a data acordada entre o docente e o aluno para a realização do exame. Salientou igualmente que o aluno só pode justificar a sua ausência na sequência de compromissos assumidos no âmbito da atividade enquanto dirigente da Associação de Estudantes ou de Federações Académicas. O conselheiro Sebastião Sabino apelou ao bom senso também por parte dos docentes em relação aos pedidos que os dirigentes associativos realizam com base nos direitos regulamentados.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião.

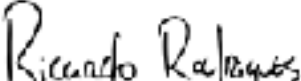
Lisboa, 8 de maio de 2017

A PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

A handwritten signature in black ink, reading "Maria João Centeno". The script is cursive and fluid.

(Maria João Centeno)

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

A handwritten signature in black ink, reading "Ricardo Pereira Rodrigues". The script is cursive and fluid.

(Ricardo Pereira Rodrigues)

Anexo 1

Calendário Escolar - Ano letivo 2017/2018

Calendário escolar ano letivo 2017/2018

| — LICENCIATURAS | |
|--|---|
| 1º SEMESTRE | 25 de setembro a 22 de fevereiro |
| Período letivo (13 semanas) * | 25 de setembro a 5 janeiro |
| Semana intercalar (aulas de dúvidas) ** | 8 a 12 janeiro |
| Exames Época Normal do 1º Semestre | 15 de janeiro a 27 de janeiro |
| Exames Época de Recurso do 1º Semestre | 7 de fevereiro a 22 de fevereiro |
| | |
| 2º SEMESTRE | 26 de fevereiro a 18 de julho |
| Período letivo (13 semanas) *** | 26 de fevereiro a 1 de junho |
| Semana intercalar (aulas de dúvidas) ** | 4 a 8 de junho |
| Exames Época Normal do 2º Semestre | 11 de junho a 23 de junho |
| Exames Época de Recurso do 2º Semestre | 4 de julho a 18 de julho |
| Época Especial (Finalistas e Trabalhadores- Estudantes) | 3 de setembro a 14 de setembro |

| — MESTRADOS e Pós-graduação em <i>Branding e Content Marketing</i> | |
|--|---|
| 1º SEMESTRE | 25 de setembro a 22 de fevereiro |
| Período letivo (13 semanas) * | 25 de setembro a 5 janeiro |
| Semana intercalar (aulas de dúvidas) ** | 8 a 12 janeiro |
| Exames Época Normal do 1º Semestre | 15 de janeiro a 27 de janeiro |
| Exames Época de Recurso do 1º Semestre | 7 de fevereiro a 22 de fevereiro |
| | |
| 2º SEMESTRE | 26 de fevereiro a 18 de julho |
| Período letivo (13 semanas) *** | 26 de fevereiro a 1 de junho |
| Semana intercalar (aulas de dúvidas) ** | 4 a 8 de junho |
| Exames Época Normal do 2º Semestre | 11 de junho a 23 de junho |
| Exames Época de Recurso do 2º Semestre | 4 de julho a 18 de julho |
| Época Especial (Finalistas e Trabalhadores- Estudantes) | 3 de setembro a 14 de setembro |

* Na semana de 2 a 5 de janeiro, só podem ocorrer momentos de avaliação nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua.

* Semana destinada unicamente a aulas de dúvidas nas unidades curriculares em regime de avaliação periódica de avaliação contínua.

*** Na semana de 28 de maio a 1 de junho, só podem ocorrer momentos de avaliação nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua.

— INTERRUPÇÕES

| | |
|------------------|-------------------------------|
| Férias de Natal | 18 de dezembro a 1 de janeiro |
| Férias da Páscoa | 26 de março a 2 abril |

— Pós-graduação em *Storytelling*

| | |
|--|--|
| 1º PERÍODO | 25 de setembro a 30 de novembro |
| Exames Época Normal do 1º Período | 4 de dezembro a 12 de dezembro |
| Exames Época de Recurso do 1º Período | 3 de janeiro a 10 de janeiro |
| 2º PERÍODO | 26 de fevereiro a 18 de julho |
| Exames Época Normal do 2º Período | 3 de abril a 10 de abril |
| Exames Época de Recurso do 2º Período | 23 de abril a 2 de maio |
| Época Especial (Finalistas e Trabalhadores- Estudantes) | Marcação direta com os serviços académicos |

— INTERRUPÇÕES

| | |
|------------------|-------------------------------|
| Férias de Natal | 18 de dezembro a 1 de janeiro |
| Férias da Páscoa | 26 de março a 2 abril |